

*Sentidos e significados da viuvez: gênero e poder**

LIDIA MARIA VIANNA POSSAS
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/MARÍLIA

RESUMO

Trata-se de refletir sobre a categoria “viuvez” no fluxo dos avanços da modernidade, a partir dos anos 1930, priorizando o cenário urbano das cidades da Frente Pioneira do Estado de São Paulo, evidenciando os arranjos e a (re)construção das relações de gênero no âmbito da família, dos papéis normativos na vida privada e sua repercussão no espaço público. A condição de mulher viúva como reclusa e recatada, diferentemente do “homem viúvo” era uma exigência, apesar das mudanças operadas na dinâmica cotidiana da sociedade.

Palavras-chave: Viuvez; Gênero; História Oral; Poder.

ABSTRACT

It cares pondering about the widowhood category in the flowing of the progress of modernity since the 1930's, prioritizing the settlements and the (re)construction of the relationships of gender in the family ambit, of the normative roles in the personal life and its repercussion in public relations. The condition of a widow as solitary and modest differ from a “widower”, was

a demand, despite the changes used in the everyday dynamics of society.

Keywords: Widowhood; Oral history; Power.

A PRESENTE REFLEXÃO SE COLOCOU DIANTE DAS evidências encontradas em fragmentos documentais observados no desenvolvimento de uma pesquisa intitulada *Gênero e Cotidiano*¹, nos quais as mulheres na condição de viuvez², no início do século XX, eram alvos de discursos normativos e disciplinadores que reforçavam as idéias de desamparo, de abandono, de solidão³ e de recolhimento ao privado.

Meu interesse foi ainda aguçado diante de certo silêncio que o tema – a viuvez – assumia na escrita da história que, apesar de identificá-la como uma prática social e um novo estado civil decorrente da morte de um dos cônjuges, não se deteve a um estudo mais aprofundado, visando a captar a historicidade, os significados e as mudanças comportamentais vivenciadas na sociedade brasileira.

Essa escolha, aproximação e interesse de análise estão com certeza relacionada também ao me encontrar vivenciando concretamente a situação de uma viuvez recente e tendo que enfrentar certas representações que julgava terem sido superadas diante do processo de modernização, da garantia de direitos e de acesso das mulheres a distintas instâncias do público e da revisão das funções no espaço privado. É possível, portanto, superar uma “antiga” discussão entre os historiadores no que diz respeito à questão de como as subjetividades interferem na produção do conhecimento científico.

Observo também que as novas conjunturas, nas quais a “viuvez é universal e recebe igual ao último benefício do marido/mulher”⁴, apresentam outra relevante questão, ou seja, no Brasil, nos anos 2000, as viúvas atingem 94% dos beneficiados da Seguridade Social, sendo, portanto, detentoras de pensão, chefes de família e responsáveis pelo sustento da mesma. Com isso, poderíamos falar em “empoderamento” feminino?

Essas indagações são reforçadas com as análises dos dados obtidos na pesquisa citada e diante do estudo sobre as mulheres no cotidiano das cidades do interior do Estado de São Paulo. Além disso, são cotejadas pela literatura, principalmente nos contos de Machado de Assis⁵ e no romance *A Viúva Simões*, de Julia Lopes de Almeida.⁶

Observei que no início da República, no período de 1889–1930, a mulher educada e casada que enviuvava, enfrentava certo código estético e de disci-

plinamento inerente à sua posição social e às limitações que a viuvez impunha. Uma série de comportamentos, tais como a reclusão social, interiorização no privado, demonstração de recato como uma etiqueta conveniente e demonstração de respeito à memória do cônjuge falecido, exigia dela o cumprimento do “luto”, que era uma prática social que impunha trajés mais sóbrios, de preferência o preto, por um ano, devendo ser acompanhada por uma gestualidade contida e pouca demonstração de alegria.

Os comportamentos dirigidos e contidos para as viúvas, bem como a presença de uma etiqueta social apreendida na *convivência fidalga* recomendada nos conselhos de Carmem D’Ávila, no livro *Boas Maneiras* ⁷, de 1942, era compartilhado por Cesar Netto que, ao redigir as “Palavras Preambulares” da obra, reforçava a necessidade de “atitudes e os ademanes de salão onde a lustrosa teoria de grandes mestres da polidez se alistou a autora do livro”.⁸ Os hábitos sociais teriam, portanto, que ser constantemente reforçados, garantindo, e, segundo o prefaciador, “derradeiros toques a modelação de nossa consciência moral”. A viuvez era transformada em um estado social, um “desses pequenos embaraços de nossa vida em sociedade” (D’Ávila, 1942), que merecia ser apreendida com uma lição, mas desempenhada com elegância. As mulheres deveriam saber conter a dor da perda com uma visibilidade adequada à sua nova situação.

É nesse sentido que se observa o exercício do poder fora de um centro irradiador (Foucault, 1985) agindo em movimento e por capilaridade, adentrando o corpo social e estabelecendo uma relação sutil e dinâmica entre dominantes e dominados, mobilizando recursos, avaliando estratégias e manobra táticas desejadas que acabam por disciplinar as formas de subjetividade e as relações de gênero.⁹

A viuvez feminina não se reduz apenas a uma situação de perda do marido. É algo construído, inusitado, que recebe, em várias comunidades, distintos tratamentos. No tempo bíblico, estava assentada em construções culturais que tendem a prevalecer nos dias atuais, pois as alterações nas relações de gênero não rompem de todo com as imagens estabelecidas.

Mulheres sós e viúvas representaram uma constatare preocupação das comunidades e quase sempre repetiam situações de conflito que perturbavam a ordem patriarcal estabelecida. O estado de viuvez está sempre associado à presença de normas e de “leis” pré-estabelecidas que devam garantir o acesso aos bens, evidenciando um tratamento específico para a “mulher” que ficou só pela morte do marido. Cita-se, por exemplo, a comunidade patriarcal judaica, que construiu em sua existência, com poucas alterações até o presente, num acordo distinto e com regras bem delimitadas, de modo que, quando ocorresse

o óbito de um marido, fosse garantido manter a herança aos homens do grupo familiar a que ele pertencia.¹⁰ Essa situação revelou-se contraditória diante das muitas subversões de comportamentos que algumas viúvas praticaram para enfrentar a condição de isolamento e de privação.¹¹

Essas reflexões reforçaram e instigaram ainda mais a relevância da temática, pois, ao constatarmos que a longevidade das pessoas no mundo contemporâneo é uma realidade, observamos que se torna mais expressiva a presença da viúva, aliás, alvo da mídia, interessada em divulgar condições de mudança sociais.¹²

Além disso, pesquisas recentes apontam para a presença de “mulher idosa” como suporte familiar e agente de mudança demonstrando que, diante do contingente de idosos, as mulheres com mais de sessenta anos de idade alcançam 60% (Camarano, 2003), levando ao que podemos denominar de “feminização” do segmento idoso.¹³ Os dados da pesquisa demonstram ainda que a viuvez é o estado conjugal predominante entre as mulheres idosas, com 41% (Camarano, 2003, p. 39), sendo que os estados de viuvez entre os homens é de 13%.

Observa-se, portanto, que há uma visibilidade da viuvez feminina que se apresenta com outras *performances*, principalmente ao oferecer novos espaços de sociabilidade, tal como a institucionalização da Terceira Idade.¹⁴ O acesso à universidade, com reuniões, os clubes e as viagens ampliaram para pessoas viúvas condições de vida jamais pensadas anteriormente, inclusive de reconstrução da vida pessoal e familiar. As condições de sobrevivência foram ampliadas diante dos benefícios de aposentadorias em níveis diferenciados e mostram a presença significativa de “mulheres viúvas” refazendo suas vidas e opções.

O que estaria sendo alterado nas representações sobre a viuvez e as “viúvas”? Por que os comportamentos de reclusão, de exigência de solidão e de recato, normas de boa etiqueta do século passado ainda podem ser evidenciados no imaginário coletivo e muitas vezes cobrados, mesmo em uma sociedade urbana, tecnológica inserida no contexto da pós-modernidade do século XXI? Quando e em que segmento social mais precisamente pode-se observar sinais de mudança? O que representaria para as mulheres a viuvez em diferentes períodos?

É a partir do “estranhamento” que nos fala Ginzburg que retomo a temática da viuvez revendo a historiografia, analisando distintas condições e as experiências de homens e mulheres a partir da forte urbanização dos anos de 1930, dos avanços e recuos no complexo processo de modernização/modernidade do séc. XX.¹⁵

Atenta a dinâmica dos movimentos sociais da sociedade brasileira em transição, como o Movimento Feminista, retomei o estudo do cotidiano, olhando as práticas sociais, captando as representações numa perspectiva de gênero, veri-

ficando os modos de hierarquização, de inclusão e de exclusão vivenciados por homens e mulheres frente à situação de viuvez. A “viuvez”, segundo pontuam os dicionários mais especializados, “desde tempos imemoriais foi uma carga para a sociedade, salvo aqueles casos em que havia um patrimônio próprio”.¹⁶

A historiografia mais recente tem destacado as inúmeras transformações das relações de gênero e das relações familiares, que evidenciam rompimentos de hierarquizações entre os sexos bem como as dicotomias, tendo em vista as lutas por direitos e equidade. Nas pesquisas que focalizam o gênero e a família, a fonte oral assume relevância, uma vez que permite confrontar as narrativas daqueles que foram sujeitos dos acontecimentos e que relatam suas experiências, evidenciando uma gama de sentimentos e subjetividades difíceis de serem registrados em outras fontes. Nessa perspectiva é possível destacar um dos trabalhos recentes ao analisar a viuvez através de relatos de memórias de mulheres portadoras de hanseníase.¹⁷

A riqueza dos aportes de trabalhos com a memória e com a fonte oral tem proporcionado condições enriquecedoras para que as pesquisas avancem no sentido de captar os novos atores sociais e suas sensibilidades (Bosi, 1994; Montenegro, 1992; Thompson, 1992; Le Goff, 1990; Halbwachs, 1990; Pollack, 1989; Nora, 1993). Além disso, os trabalhos que conciliam a fonte oral e a categoria gênero de análise (Possas, 2001; Pedro, 2004; Rago, 2005; Prats, 2006) perceberam as maneiras como diferentes acontecimentos ligados ao privado são apropriados e repercutem no espaço público e vice-versa.

Compartilho ainda do pressuposto de que ocorre um processo de “empoderamento” (Manzano, 2006) das mulheres com a viuvez.¹⁸ A partir da finalização de um ciclo de vida que compreende o matrimônio e a maternidade, elas assumem condições de troca nas relações de poder, permitindo que tanto individual como coletivamente assumam o controle de suas vidas e por efeito planejem com autonomia suas necessidades, traçando objetivos e estratégias.

As ingerências da vida moderna alteram rapidamente as condições do cotidiano, exigindo um processo constante de apropriações e ressignificações de práticas sociais. Estas, embora permeadas por conflitos, nem sempre são muito visíveis.

Tomar a viuvez como objeto de pesquisa se justifica não só pela condição de realizar uma ampla revisão historiográfica que é silenciosa diante desse tema, mas de “desnaturalizar” um estado civil carregado de estigmas e estereótipos presentes nos ditos populares, tais como “a viúva é barco sem leme”, “viúva honrada, porta fechada”, “dor de viúva dura pouco” e, a mais comum, “viúva

alegre”, que permanecem no imaginário social como arcabouços de um capital simbólico de difícil alteração.

Na documentação rastreada sobre as cidades paulistas, identifiquei dois casos instigantes de viúvas que mereciam ter um outro tratamento analítico de modo a captar a dinâmica da construção das relações de gênero e a constituição das subjetividades dos indivíduos vivendo em diferentes temporalidades, principalmente no processo de modernização com as Frentes Pioneiras que avançaram ao sertão inóspito pressionadas pela economia cafeeira e as ferrovias.¹⁹

Identifiquei, no período analisado (1910-1945), distintas situações de viuvez, principalmente a feminina: ora a mulher ocupando o lugar do esposo à frente dos negócios e das fazendas com significativa mudança de funções e representações, seja no âmbito familiar como no espaço público; ora permanecendo como as “desamparadas”, sendo alvo de práticas de proteção que as colocaram à mercê do proselitismo de partidos políticos em eleições locais muitas vezes conturbadas por atos de violência, onde ocorriam mortes e suicídios captados nos jornais da região.²⁰

Ressalto que o presente trabalho está ciente das tensões decorrentes de abordagens desconstrutivistas ao pretender debater as formulações do conceito de “enviuvamento” também como formas e possibilidades e “empoderamento” feminino e das relações de “gênero” como diferenciações de representações simbólicas construídas.

Nesse sentido, busco rever as representações da viuvez feminina que podemos denominar de “clássica” na sociedade brasileira, visando a entender também as construções constituídas pelo discurso jurídico, os papéis sociais relacionados com a presença de regras, como as trivialidades do luto e dos estereótipos carregados de ironia e humor.

Para esse artigo, trabalhei com fragmentos documentais do jornal *Comércio de Bauru* (1915) e da revista *Ouro Verde* (1934), que circularam em Bauru, cidade da Frente Pioneira, frente à condição de uma “viuvez súbita” vivenciada por duas mulheres em distintas temporalidades (1915 e 1934) e conjunturas da sociedade republicana brasileira, sendo possível perceber com podem ser *performativas* as situações de viuvez e distintos seus usos, poderes e significados.

No primeiro deles, a viuvez foi motivada por uma causalidade trágica devido ao suicídio do cônjuge:

Suicidou-se ontem por volta das 10 horas com dois tiros de revólver no ouvido, o Sr. João Dalla Rú, proprietário da fábrica de cerveja Aurora, no Largo da

Aparecida: o suicida deixa viúva a Exma. Sra. D. Maria Dalla Rú e cinco filhos menores (*O Comércio de Bauru*, Bauru, 28/03/1915, nº. 7, p.2).

O Sr. Dalla Ru era um desses pequenos comerciantes que, motivado pela possibilidade de enriquecimento rápido diante do processo de modernização nas Frentes Pioneiras paulistas, viera residir com a família em Bauru, cidade em franco processo de urbanização diante da produção do café e da presença das ferrovias. Com o crescimento econômico e populacional da região, resolveu investir no ramo de bebidas e para tanto tomou empréstimos a um agiota local para instalar uma pequena fábrica de cerveja, sendo a primeira da cidade. Tem-se a impressão que os negócios não foram tão bem como o planejado, pois o suicídio teria como explicação a sua difícil situação financeira, principalmente ao encontrarmos, no mesmo jornal, a seguinte notícia:

Subscrição para o enterro do finado João Della Ru

Despesas com Enterro - “João Della Rú”

Empresa Funerária	100\$000
Diversas despesas	9\$000
Entregue a viúva	28\$000
Angariado por Luiz Ferrari	60\$000
Fortunato Resta	77\$000
Total:	137\$000

A família do extinto agradece a todos que coadjuvaram (*O Comércio de Bauru*, Bauru, 11/07/1915, p.3).

A imprensa local, com seu faro jornalístico, seletivo e interpretativo do real, desempenhou papel importante na construção da história desta regionalidade noroeste onde a ferrovia movia também as idéias e contribuía para mudanças comportamentais.²¹ Ela colaborou para consolidar os espetáculos de signos e emblemas das elites rurais que justificavam práticas, inclusive de violência, em nome do progresso. O trabalho com jornais é extremamente rico pela possibilidade de observar as tramas do cotidiano, as multiplicidades de sujeitos, bem com as temporalidades que se chocam, evidenciando os conflitos que do privado se publicizam.

As notícias relacionadas ao suicídio de João Della Ru não desapareceram das páginas da imprensa. Dias depois da subscrição e agradecimentos público da família aos benfeitores, na pessoa de Luis Ferrari, deparei-me com a publicação do bilhete elaborado pelo suicida à sua viúva, onde expunha a justificativa do seu ato:

Querida Maria, eu vejo que não estou bem nesta terra, quero morrer. Sinto deixar-te, porém é necessário. Quando a gente morre não dá mais peso na terra. A vida não é nada neste mundo.

As nossas filhas são grandes e boas, elas te ajudaram[sic].

O Orlando te dará de comer até que venhas reunir-te comigo.

Peço-te perdão, desculpem-me, mas este passo que dou é necessário. Tu sabes qual é o motivo M.S. Finalmente te saúdo e desculpa-me se te fiz mal neste mundo.

Se o morrer é bonito como dizem verás daqui a pouco.

Beija a todas as filhas, saúda vovó e Bepi...

Teu João (*O Comércio de Bauru*, Bauru, 11/07/1915, p.3).

A divulgação de um documento de natureza privada e pessoal transformado em assunto público gera “o estranhamento” necessário para outros questionamentos, uma vez que o ato partiu da própria viúva, mulher agora só, com as filhas e em situação financeira difícil, dependendo da solidariedade e auxílio coletivo. Assumindo uma atitude pouco recomendada às viúvas, pelo menos de setores médios, dirigiu-se ao jornal solicitando a publicação do bilhete de despedida do marido. Que motivos sustentariam sua conduta? Por que “sair” da condição de luto e expor-se ao público? A resposta é dada quando dias depois a viúva Dalla Ru torna a enviar à redação do jornal bauruense uma outra solicitação:

Sinto muito ter de voltar a pedir-vos mais uma vez hospitalidade das colunas do vosso conceituado Jornal, mas a defesa da honra da minha infeliz família o exige. Com a carta que mandei publicar nesta mesma seção no número de domingo p/p. julguei que o público ficasse ciente da nossa inocência, mas pelo contrário, chegou ao meu conhecimento notícias que as iniciais M.S. foi motivo para mover os mal intencionados a trazerem suposição que tem concorrido a tornar mais crítica a minha situação e de uma família desolada”.

Estando mais do que convencida de que o meu saudoso esposo na sua última carta que me dirigiu antes de por termo a sua existência a qual tiveste a bondade de publicar, com as iniciais M.S. quis aludir do seu desapiedado perseguidor Manoel Sandim o que venho por meio deste fazer público (...) (*Comércio de Bauru*, Bauru, 01/08/1915, p.3).

A viúva Maria Dalla Ru deve ter enfrentado toda a sorte de suspeitas, incluindo a de “adultério”. E apesar de estar envolvida pelo luto, comportamento exigido na época, enfrentou a exposição pública, sem romper com os

papéis femininos intuídos de mãe e esposa, atuando em um campo de contrapoderes, conforme nos sugere Soihet (2002). Em público, justificou a atitude última do seu marido e principalmente assumiu sua defesa. Sai do anonimato para resguardar a família e, principalmente as filhas, não admitindo ficar sendo alvo de dúvidas quanto à sua conduta moral e não aceitando se ver em situação de “inquirições” por parte da sociedade bauruense. Nesse caso, observo a trajetória da mulher que, captando as transformações de sua época, assumiu posições sucessivas, sem romper o complexo jogo de poderes possíveis (Bourdieu, 2002).

A viuvez não deve ser tomada apenas como um “estado de ser” representado pela situação de perda do cônjuge, mas na realidade esboça, principalmente para as mulheres, questionamentos novos, exigindo explicações de vivências e comportamentos herdados e muitas vezes estereotipados.

A morte de Dalla Ru foi motivada por questões de negócios mal sucedidos e da agiotagem, que acabaram por fazê-lo perder a cervejaria. O personagem MS, ao ser decifrado era Manoel Sandim, vulto de reconhecida atuação na sociedade bauruense, conforme observado pelo memorialista local:

Um verdadeiro eclético procurando sempre um sistema melhor, um ramo diferente, dos quais pudesse apurar maior renda. Assim é que instalou e manteve pequenas indústrias tais como: fábrica de estofados, colchões de capim, travesseiros e alguns móveis e proprietário de uma panificadora; adquiriu imóveis na cidade e um terreno à margem do rio Bauru descobrindo aí uma mina d’água potável que não demorou a explorar com a denominação de “Água de Santa Lila (Paiva, 1977, p. 238-239).²²

Representou um desses migrantes que tiveram sucesso com investimentos na região e também por práticas de agiotagem. Logo depois do suicídio, segundo o memorialista, foi possível vê-lo como um empresário expressivo: “montou e fabricou a primeira cerveja e refrigerantes aqui no sertão, cuja fábrica denominava-se Cervejaria Aurora”, ou seja, aquela cervejaria concebida pelo João Dalla Ru, que agora passou para um outro proprietário.

Um outro fragmento evidencia o caso da viúva de Nicola Rosica, em 1934, considerado “o primeiro mártir do integralismo” e assassinado em um comício político em 3 de outubro de 1934, no centro da cidade de Bauru. O fato ganhou grande repercussão nacional devido à conjuntura de redemocratização do País, com a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, e a homologa-

ção da Constituição de 1934, que além de garantir o acesso ao voto feminino projetava as primeiras eleições após o conturbado período da revolução de 1930²³ e de 1932²⁴, em São Paulo.

Nicola Rosica foi vítima de um tiro, durante uma passeata dos integralistas na cidade, tendo a participação do líder da Ação Integralista Brasileira – AIB²⁵, e Plínio Salgado e correligionários de várias cidades vizinhas.

A *viúva de Nicola Rosica*, que era um servente da Estrada de Ferro da Noroeste, com parcos rendimentos mensais, conforme se observa em sua folha de serviço, fora transformada de um dia para outro em uma vítima do “avanço dos comunistas no país”.

A imagem de uma mulher só e com dois filhos foi lançada como bandeira de luta pelos líderes do Integralismo, reforçando aquela viuvez feminina típica do “desamparo”, e veiculada na imprensa local sempre de preto, acompanhada pelos filhos pequenos, como propaganda contra o avanço dos comunistas. Em vários dias, os jornais apelavam com os seguintes dizeres: “Viúva e filhos de Nicola Rosica, primeiro mártir do movimento Integralista”.

Como viúva de um mártir da Ação Integralista Brasileira ocupou também as páginas de revistas integralistas, como a *Ouro Verde*.

Esse episódio ficou no imaginário coletivo da cidade como o “trágico 3 de outubro de 1934, após o tiroteio ocorrido em uma das ruas mais movimentadas de Bauru”.²⁶

Nessa caso, a *viuvez* foi transformada em discurso e instrumento político de uma agremiação partidária, sendo que a mulher, a viúva Rosica em momento algum falou, ou ouvimos alguma declaração. Ela era representada como uma mulher de luto, frágil vítima tendo a promessa pública de Plínio Salgado que seria amparada pela AIB, o que de fato não correu.

A viuvez, seja resultado de um suicídio e de um assassinato, foi reapropriada e utilizada com desdobramentos distintos no âmbito público. As “viúvas” ganharam publicidade: uma defendendo a sua integridade moral e, embora reforçando o discurso da família patriarcal vigente, tornou-se agente de sua própria história, como sujeito; e, a outra, arrastada pela conturbada conjuntura política do País nos anos de 1930, deixou-se levar pela possibilidade de ser transformada em figura simbólica da mulher-mãe ideal defendidas pelos integralistas. Ambas, como esposas, foram modelos de atuação feminina e tiveram suas trajetórias de vida alteradas pela situação de viuvez e alçadas a uma forma de participação como mulheres de homens públicos, e temporariamente revendo as hierarquias de gênero. Tanto a insinuação de adultério, como a con-

dição de vítima e fragilidade, ofereceram a essas mulheres condições de revelar aspectos e comportamentos de rebeldia e de submissão, que recriaram os papéis normativos vigentes.

Portanto, um olhar mais atento sobre esses dois casos instiga a ampliação da pesquisa sobre o tema e a construção das relações de gênero, retomando a documentação de modo a analisar, no processo de modernização da sociedade brasileira, após os anos de 1930, em que momento e como os comportamentos frente à viuvez receberam os aportes jurídicos institucionais concretos que lhes forneceram não só o acesso à propriedade, à uma condição financeira estável, mas, principalmente, espaços de poder.

Ao evidenciar ainda que as mulheres atingem índices superiores de longevidade, pretendo refletir sobre a possível situação de “feminização da viuvez” na sociedade contemporânea. O trabalho vem ainda contribuir para a ampliação do objeto de conhecimento histórico, possibilitando: rever a noção de cotidiano como “reino da rotina”, descobrir temporalidades heterogêneas, perceber ritmos desconexos e a presença de sujeitos concretos convivendo na diversidade, além de questionar a polarização entre tempo e espaço, a noção de totalidade presente na memória coletiva “oficial” em contraste com as circunstâncias do mundo privado, das pessoas vivendo em ritmos desconexos. O reconhecimento de uma “outra” história das mulheres “sós”, destacando e dando visibilidade às mulheres pertencentes a distintos segmentos sociais que, diante de um olhar hermenêutico voltado para detectar e explicar a construção das relações de gênero, permitirá que elas sejam captadas e identificadas como sujeitos históricos e cidadãs. Trata-se de elucidar a permanência de visões misóginas no tratamento da história local e regional, ainda nos dias de hoje, evidenciando a distância que ainda existe entre os avanços normativos das três últimas décadas que concentram maiores conquistas da igualdade de gênero e as práticas sociais que refletem a persistência de um padrão de discriminação em relação às mulheres.²⁷

REFERÊNCIAS

PERIÓDICOS

Comércio de Bauru, Bauru, 28/03; 11/07; 18/07/1/9/ 1915

Folha de São Paulo. Maior longevidade feminina teria função biológica de 24/03/2004;

Flavia Piovesan, “Participação Política das Mulheres” no *Tendências / Debates*, Folha de S. Paulo de 6/02/2006, p.A3 e Margareth Rago sobre a necessidade de nos atermos ao “*Sexo Plural*”, Caderno MAIS de 12/02/2006, p.10 e matérias de 04/12/2007 e 12/10/2007.

Revista Ouro Verde, Bauru, v.2, set-out. 1934.

OBRAS DE APOIO

ALMEIDA, Julia Lopez de. *A Viúva Simões*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999.

ASSIS, Machado. *Contos Fluminenses*. v.1 e 2, Rio de Janeiro/São Paulo, W.M.Jackson Inc. Editores, 1977.

BORGES, Viviane Trindade. Casamento, maternidade e viuvez: memórias de mulheres hansenianas. *Revista Brasileira de História*, Dossiê: História e Gênero, v.27, n.54, p. 107-125, dez/2007.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CAMARANO, Ana Amélia. Mulher idosa: suporte familiar ou agente de mudança”. In. *Estudos Avançados*. n. 17(49), p. 96- 128, 2003.

D’AVILA, Carmem. *Boas Maneiras*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1942.

DEBBERT, Guita Grin, *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999.

Diccionario de la Real Academia Española, 1992, p.234. Disponível em: <http://buscon.rae.es/draeI/>. Acesso agosto de 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora USP, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Gal, 1985.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

LUNA, L.G. *História, gênero y política*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1991.

MANZANO, Irene Rodriguez. Sobre el termino género. In. DE LA RIVA, Marta Carballo (Org.). *Género y Desarrollo: el camino hacia La Equidad*. Madrid: 2006, p. 31- 54.

PAIVA, Carlos Fernandes de. Complemento às Narrativas Sintéticas dos Fatos que motivaram a Fundação de Bauru. *Conselho Municipal de Educação de Bauru*, Bauru, 1977.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Histórias de mais de 60 Anos. *Revista Estudos Feministas*, Dossiê Gênero e Velhice. v. 5., nº1, p. 148-158, 1997.

POSSAS, Lidia M. Vianna. As Fronteiras do Oeste Paulista: ocupando sertões, fundando cidades e (re) fazendo a história do lugar. In. *Terra Paulista: trajetórias contemporâneas*, São Paulo, p.15-48, 2008.

..... Mulheres e Viuvez: recuperando fragmentos, reconstruindo papéis. In. *Anais do Congresso "Fazendo Gênero 8"*, Florianópolis: agosto de 2008. CD ROOM.

..... *O Trágico Três de Outubro: estudo histórico de um evento*. Bauru. EDUSC, 1991.
SOIHET, Rachel. *Transgredindo e conservando mulheres conquistam o espaço público: a contribuição de Bertha Lutz*. Labrys, n.1-2, jul.-dez. 2002.

NOTAS

* Artigo submetido à avaliação em 18 de abril de 2009 e aprovado para publicação em 25 de maio de 2009.

¹ O referido Projeto foi aprovado pelo Comitê História, a Diretoria do CNPq na solicitação de Apoio a Projetos de Pesquisa – Edital MCT/CNPq 50/2006 – Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

² Nesse caso o conceito de “viuvez” é entendido a partir da morte de um dos cônjuges em uniões consolidadas pela instituição do casamento jurídico, e não outros.

³ O trabalho recente de PEIXOTO (1977) demonstra a “viuvez como sinônimo de solidão” na sociedade atual.

⁴ DEBBERT, 1999.

⁵ Cita-se por exemplo os contos “Confissões de uma viúva moça” (1865) e “Casada e Viúva”, ambos publicados na obra ASSIS, 1977.

⁶ Trata-se do segundo romance de Julia Lopes de Almeida (1862–1934) considerada a “primeira dama” da Belle Époque brasileira com reconhecimento público como escritora nos principais salões e espaços literários na 1ª metade do século XX. Iniciou sua carreira literária com o jornalista em Campinas em 1881 e alguns de seus livros foram publicados em Lisboa. A referida obra saiu primeiramente em folhetins na Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro em 1895, sendo publicada em brochura em 1897. Sobre o assunto ver ALMEIDA, 1999.

⁷ Esse livro, com uma encadernação azul e com letras prateadas, ganhei de presente ao fazer 13 anos de idade, em 1958.

⁸ César Netto fez o Prefácio do livro *Boas Maneiras*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1942, p. XI.

⁹ Nesse sentido é interessante tomar as idéias de FOUCAULT (1985) e refletir a partir das análises em FARGE, Arlete. *La historia a de las mujeres*. Cultura y poder de las mujeres: ensayo de historiografía. In. LUNA, 1991.

¹⁰ No Antigo Testamento não há o reconhecimento de direito de herança as viúvas. Elas estavam entre os membros mais vulneráveis da sociedade judaica. Os parentes do sexo masculino herdavam todos os bens do seu marido falecido, cedendo apenas alguma

coisa do espólio que não lhe garantiam meios suficientes de provisão, dependendo da caridade alheia. Por ter que viver em condições subalternas no antigo Israel a viuvez das mulheres era considerada símbolo de grande degradação (Isaías, 54:4).

¹¹ Em Gênesis 38:11 uma viúva sem filhos deveria casar-se com o irmão de seu marido mesmo que ele já fosse casado para que, dessa maneira, o cunhado produzisse um descendente para seu irmão falecido, assegurando, desta maneira, que o nome de seu irmão não desaparecesse. O consentimento da viúva para este casamento não era requerido. Ela era considerada parte dos bens do seu marido e sua principal função era garantir a posteridade dele.

¹² Reportagens da Folha de São Paulo recentes: *Maior longevidade feminina teria função biológica* (24/03/2004). Enquanto os homens viverão, em média, 68,5 anos, as mulheres têm uma esperança de vida de 76,1 anos. Ou seja, viverão mais 7,6 anos (4/12/2007). Nos Estados Unidos, as mulheres vivem em média 80 anos, dos quais 71 são saudáveis; para os homens, são 75 anos de vida (12/10/2008).

¹³ O artigo de Camarano (2003) traz dados quantitativos sobre a questão do envelhecimento, mais precisamente feminino que respondiam por 2,2% do total da população brasileira em 1940, passando para 4,7% em 2000, sendo que os homens foram de 3,8%.

¹⁴ A UNESP possui a UNATI – Atividade de Extensão denominada de Universidade Terceira Idade com mais de 40 aluna freqüentando as mais diversas disciplinas acadêmicas e atividades.

¹⁵ Ginzburg (2001), recomenda o “estranhamento” para analisar situações como uma certa ausência de perplexidade dos historiadores e estudiosos às voltas com documentos de arquivo que reforça o que ele denomina de automatização, naturalização. Sugere a necessidade da “distância”, da presença da noção de “estranhamento”, uma espécie de antídoto contra a banalização da realidade a que estamos sempre expostos e que parece estabelecer uma rotina do cotidiano. Para Ginzburg (2001:33), “estranhar” trata-se de um “expediente deslegitimador em todos os níveis do político, social e do cultural” que deve levar o pesquisador a interrogar sempre sobre os fundamentos da vida em sociedade nos seus mínimos detalhes da existência cotidiana.

¹⁶ Dicionário de la Real Academia Española, 1992.

¹⁷ O artigo de Borges (2007) analisa a fala de quatro mulheres hansenianas pacientes moradoras do Hospital Colônia Itapuã, RS, observado como constroem a imagem de si.

¹⁸ Devemos contemplar a interessante discussão teórica sobre “empoderamento” de Manzano (2006), que ao tratar das relações de gênero tendo em vista as teorias econômicas e o desenvolvimento coloca uma espécie de feminização da pobreza e retoma o termo “Empoderamento”, justamente no período de crescimento do movimento de mulheres do Terceiro Mundo. Assim “empoderar” vai além da tradicional concepção de

“poder” para ser trabalhado em triplo sentido: “poder dentro”, quando as mulheres tem uma capacidade de articular suas aspirações e estratégias de mudança; “poder para”, uma habilidade das mulheres para desenvolver capacidades e estratégias de acesso as suas aspirações, traçando estratégias; e, “poder com”, a capacidade delas em articular seus interesse coletivos e de organização com outras mulheres e homens para alcançar as mudanças.

¹⁹ Essa denominação refere-se ao processo de expansão e povoamento para o oeste do Estado Paulista, no período de 1880-1914 devido a implementação da economia agro-exportadora cafeeira. Possas (2008).

²⁰ Trabalho apresentado no Simpósio Temático Defesa de Direitos, Poder e Equidade, do Congresso “Fazendo Gênero 8”, realizado em agosto de 2008, em Florianópolis, um texto intitulado Mulheres e Viuvez: recuperando fragmentos, reconstruindo papéis. Neste trabalho analisei fragmentos de jornais de Bauru (1910 e 1934) sobre duas viúvas que viveram em distintas temporalidades e enfrentaram e resistiram as representações e práticas sociais tradicionais de sua condição de viuvez.

²¹ Foi possível identificar em Bauru (1896) a presença de uma série de jornais, como a presença de 17 periódicos entre 1920-1940: Correio da Noroeste, Jornal da Manhã, Tribuna Operária, Folha do Povo, Folha de Bauru, A Gazeta do Noroeste, Diário do Sertão, Jornal de Bauru, Semanário de São Paulo, Correio da Semana, O Bohemio, A Fé, O Bauru Cultural, O Fanal, O Noroeste e Folha Esportiva. Com circulação diária, semanal e mensal, atendendo aos mais diversos interesses e expectativas de leituras, político-partidários, literário-artísticos, católicos, esportivos e muitos de duração efêmera e ainda uma revista, Ouro Verde, da década de 1930, de circulação para toda região servida pela NOB.

²² O estudo desse episódio foi trabalho em minha dissertação de mestrado, a partir da análise de distintas fontes (inquéritos policial, jornais e revistas, boatos e relatos de memórias) procurando recuperar as versões desse acontecimento que durante muitos anos foi comemorado na cidade de Bauru. Ver POSSAS, L. M.V. O Trágico Três de Outubro. Estudo Histórico de um evento. Bauru. EDUSC, 1991.

²³ A revolução de 1930 foi uma movimento liderado pelas oligarquias dissidentes, principalmente a gaúcha e nordestina, frente o controle da República conduzido pelas oligarquias majoritárias (paulistas e mineiras) no Pacto da Política do Café com Leite, fragilizadas pela Crise de 1929. Sobre o assunto ver POSSAS (1991) e FAUSTO (1995).

²⁴ A revolução Constitucionalista estourou em 9 de julho de 1932, no centro da cidade de São Paulo sendo um movimento armado de reação dos paulistas que reunindo boa parte da sociedade enfrentaram o Governo Provisório instituído por Getulio Vargas, em 1930. Denominada de “guerra paulista” devido ao seu isolamento frente os demais estados da

federação, foi derrotada após três meses do levante. (FAUSTO, 1995).

²⁵ A Ação Integralista Brasileira – AIB foi criada por Plínio Salgado no dia 7 de outubro de 1932 em São Paulo, funcionando como um centro de estudos e cultura sociológica que tinha como objetivo desenvolver uma grande propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro e implantar no Brasil o Estado Integral, nos moldes da ideologia nazi-fascista. (POSSAS, 1991).

²⁶ O estudo desse episódio realizado em minha dissertação de mestrado, a partir da análise de distintas fontes (inquéritos policial, jornais e revistas, boatos e relatos de memórias), procurando recuperar as versões desse acontecimento que, durante muitos anos, foi comemorado na cidade de Bauru. Ver em “O Trágico Três de Outubro. Estudo Histórico de um evento”. Bauru. (POSSAS, 1991).

²⁷ Ver o artigo de Piovesan, Folha de S. Paulo de 6/02/2006, p.A3 e Rago, sobre a necessidade de nos atermos ao “Sexo Plural”, Caderno MAIS, de 12/02/2006, p.10.